



O papel do consultor deficiente visual para uma audiodescrição de qualidade*

Alessandro Camara¹

Larissa Magalhães Costa²

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo relatar a evolução das estratégias do CPL-Soluções em Acessibilidade no que tange a consultoria das pessoas com deficiência visual, visando garantir o aprimoramento da qualidade dos produtos audiodescritos pela referida instituição, bem como, discutir os limites e possibilidades impostos pelo mercado em relação a demanda por audiodescrição e a viabilização de uma consultoria qualitativa. Três diferentes formas de consultoria foram efetuadas nos últimos quatro anos e a atuação do consultor ocorreu de maneira distinta, de acordo com as especificidades de cada projeto. Sempre acreditando na parceria entre o responsável pela audiodescrição e o usuário, o CPL iniciou esse trabalho de consultoria através do estabelecimento de uma parceria com uma instituição de deficientes visuais do estado do Rio de Janeiro, cuja função era formar pequenos grupos heterogêneos de usuários ou não da AD, para gerar relatórios com críticas e sugestões a serem incorporadas nas audiodescrições dos filmes do projeto Cinema Nacional Legendado e Audiodescrito – versão Videoteca. Por conta do prazo para a entrega do projeto, patrocinado pela Petrobras, somente parte dos filmes foi avaliada e nem todas as sugestões puderam ser acatadas, tanto pela questão do tempo, como devido à inadequação as normas da AD, as quais eram desconhecidas pelos usuários. A segunda consultoria foi feita a partir da avaliação posterior das audiodescrições de filmes e programas transmitidos pela TV Globo e TV Brasil. O prazo dado pelas emissoras para a entrega da AD vem inviabilizando a participação do consultor para a alteração do produto, servindo como controle de qualidade posterior e guia para as audiodescrições futuras. A terceira e última forma de consultoria, por nós, considerada ideal, foi experimentada na 9ª Mostra de Direitos Humanos. Nela, o roteiro é construído juntamente com o consultor deficiente visual. Essa forma de produção coletiva do roteiro tem sido muito mais eficiente para o nosso trabalho, entretanto, só é possível em projetos com prazos mais longos, o que é raro no mercado

* Este artigo é fruto do trabalho dos autores desenvolvidos na CPL-Soluções em Acessibilidade e da tese de doutorado da co-autora sobre audiodescrição, defendida em 2014, no programa de Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

¹ Mestre em Ciência Política (UFF) e graduado em Ciências Sociais (UFF), atua na coordenadoria de acessibilidade do Município de Niterói e como consultor de audiodescrição no CPL-Soluções em Acessibilidade. E-mail: camarasouza@gmail.com

² Doutora em Estudos da Linguagem (PUC-Rio), com a tese intitulada *Audiodescrição em filmes: história, discussão conceitual e pesquisa de recepção*, é audiodescritora desde 2008 e, atualmente, coordenadora do setor de audiodescrição do CPL-Soluções em Acessibilidade. Possui formação em roteiro e locução de audiodescrição, atuando, majoritariamente, na produção e revisão de roteiros e no treinamento de novos audiodescritores. E-mail: larissa_m_costa@yahoo.com.br

atual. Essas experiências vem nos fazendo refletir não só sobre a importância da participação do consultor, mas também da formação necessária para esse profissional. O fato de ser deficiente visual não garante uma consultoria de qualidade. Quem deseja trabalhar na área de consultoria precisa não somente da prática, mas ter o domínio teórico sobre AD.

Palavras-chave: audiodescrição; consultor; qualidade; mercado; capacitação.

A audiodescrição (AD) é um recurso valioso para as pessoas com deficiência visual, na medida em que permite a essa parcela da população o acesso a diversas obras culturais, eventos, palestras e outras atividades, as quais dependem, em alguma medida, da percepção visual.³

Esse recurso de tecnologia assistiva⁴ transforma em palavras as imagens a fim de que a pessoa cega ou com baixa visão possa se relacionar com a obra da melhor maneira possível. Sendo assim, o audiodescritor faz uma “ponte” entre o conteúdo visual de um determinado produto e a pessoa deficiente visual, buscando traduzir em texto narrado características das personagens, ambientes, cores e demais informações da obra. Para a produção de uma audiodescrição é necessária a participação de diversos profissionais; e, entre eles, estão o audiodescritor-roteirista, o locutor ou narrador, o técnico de som e o consultor com deficiência visual. Primordialmente, a AD conta com duas etapas, quais sejam: a elaboração do *roteiro* e a sua *locução* ou *narração* feita, esta, em um canal de som complementar ao do produto audiovisual. O texto elaborado pelo audiodescritor é designado “roteiro”, por funcionar como um guia que orienta a equipe de produção para a gravação e edição do áudio. Vale esclarecer que a elaboração do roteiro e a sua narração podem ser feitas pelo mesmo profissional⁵. No presente artigo, nos deteremos sobre o papel do consultor para a elaboração de uma AD de qualidade.

³ Vale lembrar que alguns estudos, como o efetuado pelo grupo Tramad da UFBA, vem mostrando que a audiodescrição também beneficia outras pessoas, como as com deficiência intelectual. Para maiores informações a esse respeito ver Franco, 2013, p.67-74.

⁴ “Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. Essa definição de tecnologia assistiva foi elaborada pelo Comitê de Ajudas Técnicas, instituído pela portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> Acesso em 09/01/2014.

⁵ Para maiores informações sobre as etapas de produção, principais características, profissionais envolvidos e normas da AD ver Costa, 2014, p. 56-108.

Esse profissional pode tanto participar somente da etapa de revisão do roteiro, como também de todas as etapas de produção da audiodescrição. Contudo, antes de adentrarmos neste tema e iniciarmos o relato das experiências que foram desenvolvidas por esse profissional na CPL-Soluções em Acessibilidade, é necessário nos aprofundarmos um pouco mais no que consiste a audiodescrição.

A AD pode ser caracterizada como uma complexa atividade de mediação multimodal cognitivo-linguística cujo objetivo é a produção de um texto verbal. Ela faz parte de um novo produto, no qual os elementos visuais são substituídos por elementos sonoros, que contêm componentes sonoros verbais e não verbais. Trata-se de um processo de compreensão e produção textual, no qual diferentes modos semióticos interagem, assim como se relacionam com os conhecimentos, experiências e expectativas dos indivíduos participantes dessa mediação (Braun, 2007, p.2).

Juan Manuel Arcos Urrutia, no artigo “Análisis de guiones audiodescritos y propuestas para la mejora de la norma UNE 153020” (2012), sinaliza que o texto audiovisual acessível é composto por três textos interconectados: o produto audiovisual original; o roteiro da AD, que é escrito para ser narrado; e o resultado da junção dos dois primeiros, junção essa que torna o produto acessível. Em outras palavras, a AD não é independente e só faz sentido em conjunto com as falas e efeitos sonoros do produto audiovisual original. O público – pessoas com deficiência visual – percebe o produto como um todo coerente a partir dos elementos disponíveis, quais sejam, diálogos ou falas, efeitos sonoros e AD. Do mesmo modo, o audiodescritor não percebe os diferentes canais (visual e acústico) do original separadamente, e sim como um todo coerente. Braun assinala que uma importante questão reside aí: a forma como o audiodescritor, a partir do todo coerente, identifica e isola as informações que não são acessíveis ao público com deficiência visual, mas que são essenciais para a construção de um todo coerente (ver Braun, 2007, p. 2,3).

Percebe-se a partir daí a dificuldade presente nesse processo tradutório. O audiodescritor-roteirista precisa ter uma excelente capacidade de síntese, saber os elementos que irá selecionar para audiodescrever, quais já estão presentes no áudio do filme, evitando redundância, e quais podem ficar de fora. Vale lembrar que não basta enxergar para compreender os aspectos visuais, essa apreensão se dá na mediação entre aquilo que é mostrado e as experiências de vida, lógica de mundo e

capacidade interpretativa de quem aprecia um determinado produto. Sendo assim, por mais que existam normatizações a guiar na direção de uma audiodescrição de qualidade, faz-se necessária a consultoria de uma pessoa com deficiência visual, pois cabe a esse profissional fazer a ligação entre a percepção visual do responsável pela audiodescrição e a capacidade imagética do deficiente visual, o que só pode ser feito por quem vivencia a situação. Porém, mais a diante veremos ao longo desse trabalho que, a condição de ser uma pessoa deficiente visual é algo necessário, mas não suficiente para a qualidade dessa consultoria. Parceria entre audiodescritores e consultores deficientes bem preparados é o segredo para a qualidade de um produto audiodescrito.

Partindo desse pressuposto, a CPL-Soluções em Acessibilidade vem aprimorando a parceria com as pessoas com deficiência visual, no sentido de elaborar um modelo de audiodescrição característico dessa empresa que seja reflexo da interação entre as normas de AD vigentes, os usuários de AD e os profissionais da instituição.

Sendo assim, três diferentes formas de consultoria foram efetuadas nos últimos quatro anos e a atuação do consultor ocorreu de maneira distinta, de acordo com as especificidades de cada projeto. Ele desempenhou nas duas primeiras formas de consultoria o papel coordenador de grupos de pesquisa de opinião e na última atuou na redação e revisão do roteiro de AD.

A primeira estratégia consistiu no estabelecimento de uma parceria com uma instituição de deficientes visuais do estado do Rio de Janeiro (ADVERJ – Associação dos Deficientes Visuais do Estado do Rio de Janeiro), cuja função era formar pequenos grupos heterogêneos de usuários ou não da AD, para gerar relatórios com críticas e sugestões a serem incorporadas nas audiodescrições dos filmes do projeto Cinema Nacional Legendado e Audiodescrito – versão Videoteca.

Durante um ano, de 2010 a 2011, doze filmes foram assistidos pelo grupo de pessoas, gerando um relatório a cada obra analisada, partindo de um roteiro prévio que foi indicado pela CPL-Soluções em Acessibilidade, visando direcionar nosso olhar para os aspectos que a empresa considerava importante no sentido de qualificar suas produções. Além disso, eram adicionados no relatório, impressões do grupo sobre a obra e a audiodescrição, bem como a respeito do som da AD em relação ao filme e outras sugestões que o grupo considerava necessárias.

De posse do relatório, os profissionais da CPL-Soluções em Acessibilidade dirimiam algumas dúvidas sobre o documento e, dentro das possibilidades de tempo, relevância e em conformidade com as normas de AD vigentes, faziam as alterações sugeridas pelo grupo.

Para esse trabalho, o coordenador/consultor tinha a função de fazer a mediação entre a CPL-Soluções em Acessibilidade e a ADVERJ, discutir os resultados e sanar possíveis dúvidas dos que assistiam os filmes, coordenar as discussões de maneira que os objetivos fossem atingidos, selecionar as pessoas para analisar as obras cinematográficas e elaborar os relatórios com base nas impressões do grupo.

Propositamente, na escolha dos participantes da análise, procurou-se diversificar o grupo, de forma que tivéssemos o máximo de visões possíveis. Sendo assim, não necessariamente as mesmas pessoas assistiram a todos os filmes.

Na formação dos grupos de análise de cada filme, buscou-se colocar um componente com baixa visão, uma pessoa cega de nascença, um integrante que perdera a visão na adolescência ou quando adulto e uma pessoa que enxergava normalmente.

Visando diversificar mais ainda o grupo, buscou-se componentes que tinham ou não experiência como usuários de AD, pessoas acostumadas ou não a assistirem filmes sem AD e integrantes com os mais diversos graus de estudo.

O grupo se reunia uma vez por mês, para analisar as obras sugeridas pela empresa e, de posse de um roteiro, gravavam-se os debates sobre o filme para depois o coordenador elaborar o relatório que refletisse a opinião da maioria.

O roteiro base era constituído dos seguintes itens: 1) Créditos Iniciais: atrapalha a compreensão do filme com a apresentação dos créditos junto com as descrições?; 2) Velocidade da locução: está boa? É preferível descrever menos?; 3) Uso da linguagem cinematográfica: ajuda ou atrapalha na compreensão do filme?; 4) Mudança de cena: é necessário indicar sempre que ocorrer?; Sobre o filme em questão: 5) Houve dificuldade para compreensão de algum momento do filme? Qual? Por quê?; 6) O que mais gostaram? Por quê?; 7) O que não gostaram? Por quê?; 8) Sentiram falta de alguma descrição (em algum momento do filme)?

Ainda que nem todas as sugestões pudessem ser inseridas nas obras, os profissionais de AD da CPL-Soluções em Acessibilidade, as incorporaram nas futuras produções, aprimorando a qualidade do trabalho e, como fruto do sucesso da

parceria com as pessoas deficientes visuais, foi realizada uma segunda consultoria no final do ano de 2013 com o objetivo de avaliar as audiodescrições de filmes e programas transmitidos pela TV Globo e TV Brasil, as quais eram produzidas pela referida empresa.

Sem contar com a parceria da ADVERJ, dessa vez, se utilizando de um grupo menor de pessoas, foram assistidos filmes de longa-metragem, que foram produzidos para a TV Globo, e programas da TV Brasil, os quais tinham a duração máxima de 50 minutos.

O coordenador/ consultor assistiu a todas as obras, bem como participou dos grupos de deficientes visuais, mediando junto com a principal responsável pela área de audiodescrição de lá as discussões, que ocorreram na própria sede da empresa. Após os debates, de posse de um roteiro prévio, cada integrante do grupo fazia sua própria análise por escrito e, num prazo máximo de uma semana, enviava por e-mail para a representante da CPL-Soluções em Acessibilidade, com cópia para o coordenador dos grupos. Os participantes com deficiência visual procuraram, de modo geral, identificar os aspectos positivos e negativos da AD, assim como a relevância da AD para o produto em questão. E os mediadores, a partir do debate, procuraram verificar a eficácia da AD, ou, em outras palavras, avaliar se faltou informação no roteiro, se, pelo contrário, tinha informação demais, se a locução estava adequada ao ritmo da obra, entre outros aspectos.

Num outro momento, o coordenador/consultor e a representante da empresa se reuniam para compilar as informações recebidas e elaborarem em conjunto um relatório sobre as produções, enviado para as emissoras, e um manual que serviu para padronizar as audiodescrições dos produtos televisivos produzidos pela CPL-Soluções em Acessibilidade.

A terceira e última forma de consultoria, por nós, considerada ideal, foi experimentada na 9ª Mostra de Direitos Humanos. Nela, o roteiro foi construído juntamente com o consultor que, teve acesso anterior ao áudio do produto a ser audiodescrito.

Essa forma de produção coletiva do roteiro tem sido muito mais eficiente para o nosso trabalho, entretanto, só é possível em projetos com prazos mais longos, o que é raro no mercado atual. Essas experiências vem nos fazendo refletir não só sobre a importância da participação do consultor, mas também da formação necessária para esse profissional. O consultor precisa ter uma formação tão sólida

quanto à do audiodescritor-roteirista para desempenhar tal papel. Ele precisa passar por curso de formação de AD para participar das etapas de produção deste produto de tecnologia assistiva. Assim como o audiodescritor-roteirista, ele precisa ter bom domínio do português, conhecimento teórico da influência da linguagem do produto audiovisual na obra e precisa levar em consideração que o público da AD é bem amplo e heterogêneo, entendendo que determinados elementos são colocados na AD para perfis específicos, possibilitando que as ADs elaboradas por profissionais contemplem a maior parte das pessoas, em suas heterogeneidades. Isso significa dizer que não basta ser deficiente visual e espectador experiente da AD para se tornar um consultor. Provavelmente, um espectador assíduo e experiente em relação à AD se tornará um bom consultor, mas é necessário para se tornar profissional, um conhecimento técnico aprofundado do tema. Talvez seja interessante na formação desse profissional, que ele participe da escrita do roteiro com o audiodescritor, de forma semelhante como acontece na Alemanha⁶, na qual dois videntes e um deficiente visual elaboram o roteiro em conjunto, para que ele possa sugerir as modificações no roteiro de forma mais embasada. Sua principal função é avaliar se as informações na AD são suficientes, se algo, como um barulho, por exemplo, não está claro e se o conjunto AD e áudio da obra não está cansativo. As experiências aqui relatadas nos mostraram que a participação do consultor em todo o processo da audiodescrição é fundamental, mas que também é importante a avaliação dos produtos por grupos de usuários da AD, com ou sem conhecimento deste recurso. Ou seja, a participação de usuários em pesquisa de opinião para avaliação posterior do trabalho já pronto é um interessante e importante medidor da qualidade do trabalho que vem sendo realizado pela equipe de audiodescrição e o consultor de AD deve estar presente nessas pesquisas assim como o audiodescritor-roteirista. É importante destacar que assim como o surgimento e consolidação da AD em nosso país, a reflexão sobre a formação e a atuação desse profissional é bem recente e, por conseguinte, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Procuramos com o relato de nossa trajetória contribuir para essa reflexão, evidenciando além da forma mais consagrada de atuação do consultor,

⁶ A esse respeito ver Benecke, Dosh, 2004, p. 14. Em síntese, esses autores afirmam que são necessárias três pessoas para a elaboração do roteiro de AD: dois videntes e um deficiente visual. Os dois videntes audiodescrevem o filme para a pessoa com deficiência visual, e esta sugere informações complementares que considera essenciais.

outras possibilidades de atuação e as dificuldades impostas a esse trabalho de acordo com as demandas do mercado.

Referências

ASSISTIVA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. Disponível em: www.assistiva.com.br/assistiva.html Acesso em: 09 jan 2014.

BENECKE, Bernd; DOSCH, Elmar. **Wenn aus bildern worte warden:** Durch audio-description zum hörfilm. München: Bayerischer Rundfunk, 2004.

BRAUN, Sabine. **Audio description from a discourse perspective: a socially relevant framework for research and training.** University of Surrey, 2007. Disponível em: <http://epubs.surrey.ac.uk/translation/1> Acesso em: 20 jun 2009.

COSTA, Larissa Magalhães. **Audiodescrição em filmes:** história, discussão e pesquisa de recepção. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FRANCO, Eliana. Revelando a deficiência e a eficiência, o ver e o não ver por meio da pesquisa sobre audiodescrição. **Revista Benjamin Constant:** II colóquio ver e não ver: deficiência visual, práticas de pesquisa e produção de subjetividade, Rio de Janeiro, v. 19, p. 67-74, 2013.

URRUTIA, Juan Manuel Arcos. Análisis de guiones audiodescritos y propuestas para la mejora de la norma UNE 153020. **Revista Electrónica de Estudios Filológicos**, n. 22, p.1-39, 2012. Disponível em: www.um.es/tonosdigital/znum22/secciones/estudios-05-la_audiodescripcion.htm Acesso em: 15 mar 2012.